

## As veias da Ditadura Empresarial Militar (1964-1985) e a lente de Eduardo Galeano sobre a exploração estrangeira na América Latina<sup>1</sup>

*The veins of the Military Corporate Dictatorship (1964-1985) and Eduardo Galeano's lens on foreign exploitation in Latin America*

**Yara Letícia Martins**

Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas, Brasil  
yaraleticiamartins@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-2655-1874>  
<http://lattes.cnpq.br/6258975961625876>

**Resumo:** Este artigo estabelece uma ligação entre a literatura de Eduardo Galeano, especialmente sua obra "As Veias Abertas da América Latina", e a intervenção empresarial estrangeira no Brasil durante a Ditadura Empresarial Militar (1964-1985). Destaca-se o papel crucial do empresariado na concepção e execução do golpe, evidenciando sua participação como protagonista do aparato golpista. Essa intervenção é reflexo de uma história enraizada na exploração da América Latina, tema vividamente retratado na obra de Galeano. Assim, sua obra serve como uma lente popular para compreender os complexos mecanismos de dominação e exploração na região.

**Palavras-chave:** As veias abertas da América Latina; Ditadura empresarial militar; Eduardo Galeano.

**Abstract:** This article establishes a connection between Eduardo Galeano's literature, especially his work "Open Veins of Latin America," and foreign corporate intervention in Brazil during the Military Corporate Dictatorship (1964-1985). It highlights the crucial role of the business sector in the conception and execution of the coup, demonstrating its participation as a protagonist in the coup apparatus. This intervention reflects a history rooted in the exploitation of Latin America, a theme vividly portrayed in Galeano's work. Thus, his work serves as a popular lens to understand the complex mechanisms of domination and exploitation in the region.

**Keywords:** Open Veins of Latin America; Military corporate dictatorship; Eduardo Galeano.

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Introdução

*La división internacional del trabajo significa que algunos países se especializan en ganar y otros en perder. Nuestra región en el mundo, que hoy llamamos América Latina, fue precoz: se especializó en perder desde los remotos tiempos en que los europeos del Renacimiento se aventuraron por los mares y le clavaron los dientes en la garganta. Pasaron los siglos y América Latina perfeccionó sus funciones. Ya no es el reino de las maravillas en el que la realidad superaba a la fábula y la imaginación era humillada por los trofeos de la conquista, las minas de oro y las montañas de plata. Pero la región sigue trabajando como sierva, sigue existiendo para satisfacer las necesidades ajenas, como fuente y reserva de petróleo y hierro, de cobre y carne, frutas y café, materias primas y alimentos, destinados a los países ricos que, al consumirlos, ganan mucho más de lo que gana América Latina al producirlos.<sup>2</sup>*

O fragmento supracitado corresponde ao primeiro parágrafo do livro "As Veias Abertas da América Latina"<sup>3</sup>, escrito por Eduardo Galeano e originalmente publicado em 1971, período marcado por uma crescente produção intelectual sobre a influência do imperialismo nas repressões em curso na América Latina.

No referido parágrafo, Galeano inicia abordando a fragilidade social atribuída à América Latina, resultante de sua dinâmica laboral, distribuição econômica e exploração territorial, elementos que ele relaciona tanto com o processo histórico de colonização quanto com a persistente exploração estrangeira presente na região, visto que, do descobrimento aos dias atuais, tudo aquilo que ao continente latino pertencia como "ouro", foi transformado em capital europeu, e depois, em capital norte-americano. (GALEANO, 1971: 10).

Para a Europa, o ouro serviu para sanar suas dívidas e conseqüentemente, potencializar sua até então hegemonia global. Podemos atribuir a este fato a política clarividente da Inglaterra, que em matéria de desenvolvimento industrial, utilizou o ouro do Brasil como moeda de troca para importações que fazia em outros países, garantindo-se no setor manufatureiro. (GALEANO, 1971: 57)

---

<sup>2</sup> "A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa região no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os tempos remotos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e cravaram os dentes em sua garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Já não é o reino das maravilhas em que a realidade supera a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as minas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua a trabalhar como serva, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, ao consumi-los, ganham muito mais do que a América Latina ao produzi-los." (tradução nossa)

<sup>3</sup> No original: "Las venas abiertas de América Latina".

Galeano, cuja biografia trataremos mais adiante, reconhece a visão anteriormente enaltecida da América Latina como um "reino das maravilhas", contrastando-a com a realidade de sua exploração externa, que não apenas se apropria da produtividade natural da região, mas também influencia uma fragilidade identitária. Esta última é apresentada como uma característica que parece inerente às dinâmicas socioeconômicas locais, afetadas por influências estrangeiras, desta forma, para Galeano (1971), "o modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar - da América Latina - têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo." (GALEANO, 1971: 14)

Para compreender adequadamente o conteúdo deste artigo, é crucial reconhecer sua natureza historiográfica preocupada em examinar as adversidades impostas pelo estrangeiro, tão enfatizada pelo autor, à América Latina, particularmente investigando sua contribuição para a ditadura empresarial militar brasileira (1964-1985), solidificando aqui, ações arbitrárias e abusivas, financiadas por entidades estrangeiras, especialmente aquelas ligadas aos Estados Unidos, na maior parte das vezes através de seu empresariado, preocupado em explorar o país via diversos mecanismos recorrentes dos seus já conhecidos aparatos de repressão em outros continentes.

Ao empreendermos essa análise, deparamo-nos não apenas com a interseção entre a obra de Galeano e a concretização da dinâmica política do Brasil durante o período ditatorial, mas também com a capacidade da produção intelectual literária em fornecer suplementos para a historiografia que se dedica a examinar o que pode ser definido como a "fragilidade latino-americana".

Dito isto, o presente artigo se propõe a articular e elucidar a interconexão de sistemas que se amalgamaram durante o período da ditadura empresarial militar brasileira, conjecturando-a como um desdobramento intrínseco das vicissitudes repressivas experimentadas no continente desde as primordiais incursões exploratórias, cuja análise se desdobra de maneira abrangente ao longo da obra de Galeano.

## *As veias de Eduardo Galeano*

Eduardo Germán María Hughes Galeano (1940-2015), conhecido amplamente como Eduardo Galeano, destacou-se como um proeminente jornalista e escritor uruguaio, reconhecido por seu significativo engajamento literário que fundia intelectualidade com questões sociais, consciência política sobre as complexidades dos movimentos políticos contemporâneos e uma profunda ligação com a história prévia da formação e dinâmica da América Latina.

No âmbito intelectual normativo, Eduardo Galeano foi um membro da chamada "geração de 55"<sup>4</sup>, um grupo de intelectuais herdeiros da "geração de 45", que se caracterizaram por proporem uma revisão crítica do imaginário coletivo e oficial sobre o Uruguai, frequentemente idealizado como um modelo de sociedade capitalista nas Américas (OLIVEIRA, 2013: 7).

Apesar de seu foco inicial ser nas especificidades uruguaias, a obra de Galeano transcende essas fronteiras, podendo ser aplicada a diversos países do chamado "Terceiro Mundo", devido ao seu método exploratório compartilhado entre essas nações.

Ao longo de sua carreira como ativista literário, Galeano produziu inúmeros livros e ensaios que abordavam as adversidades naturalizadas que assolavam seu continente. Embora seja mais conhecido por sua obra seminal "As Veias Abertas da América Latina", objeto deste artigo, ele também contribuiu significativamente para a história política e literária com obras como "Memória do Fogo", "Espelhos: Uma História Quase Universal", "Dias e Noites de Amor e de Guerra", "O Livro dos Abraços" entre uma série de outros títulos. Sua intenção era formar uma memória sólida em torno da literatura de resistência, mantendo uma escrita distintiva que muitas vezes incorporava um humor corrosivo, atraindo assim um amplo público, tanto dentro, quanto fora da academia.

Um dos aspectos mais marcantes da obra de Galeano é sua capacidade de traduzir em literatura a amarga percepção histórica da exploração na América Latina, mesclando o suave e o agudo, o estável e o efêmero, e, acima de tudo, destacando implicitamente a necessidade de reconhecer a dominação enfrentada pela região. Partindo da literatura combativa de Galeano, que sofreu censura em vários territórios sob regimes ditatoriais, é possível compreender as repressões contra as quais ele lutou, abrangendo assim os períodos de arbitrariedade

---

<sup>4</sup> A "Geração de 55" foi particularmente influente na esfera literária devido a busca por uma identidade nacional autêntica e por uma renovação na produção literária. Eles exploraram temas relacionados à vida rural, à seca, à cultura popular e à sobretudo à identidade nacional, contribuindo para uma nova estética na literatura. No Brasil, alguns exemplos são: João Cabral de Melo Neto, Clarice Lispector, e Guimarães Rosa. Já a "Geração de 45" adotava uma literatura mais objetiva, falando mais sobre aspectos psicológicos, sociais e políticos, sem traçar grandes ensaios sobre o movimento exploratório internacional.

enfrentados pelos países latino-americanos, inclusive o caso da ditadura militar empresarial no Brasil.

Embora Galeano não tenha classificado explicitamente nenhuma ditadura como "empresarial militar", sua análise destaca a responsabilização da exploração externa enfrentada pelo continente, primeiramente pelas potências europeias e, posteriormente, pelos Estados Unidos da América, constituindo uma base fundamental para nossa problematização.

## *As veias da obra*

A obra "As veias abertas da América Latina", consagrou-se como um dos principais títulos não acadêmicos responsáveis por representar um panorama das bases que transformaram a América Latina no que é hoje. Devido a esse caráter expressamente decolonial, o livro foi proibido em diversos países.

Contudo, nem mesmo essas proibições foram suficientes para a obra ter pausa na circulação, pelo contrário, as proibições oportunizaram cada vez mais às vistas do livro, como um elemento de combate aos arbítrios por sobre a América Latina, perpetrados pelo estrangeiro.

A obra "As Veias Abertas da América Latina" fundamenta-se na premissa de que o subdesenvolvimento na América Latina não é inerente ao continente, mas sim resultado de um processo histórico contínuo de exploração perpetrado por nações como Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, em colaboração com as elites locais. Além disso, Galeano ressalta a importância da preservação da memória latino-americana.

O autor, adotando uma abordagem iconoclasta, busca divulgar certos fatos que, segundo ele, foram ocultados ou distorcidos pela história oficial, dominada pelos vencedores. (GALEANO, 1971: 369). Tal postura reflete a determinação de Galeano em desafiar convenções e narrativas estabelecidas, buscando revelar uma perspectiva alternativa e muitas vezes negligenciada da história da América Latina

A "Bíblia Latino-Americana", como ficou conhecida a obra, mostra o ciclo de saqueamento e penúria ao longo dos períodos de ouro, prata, algodão, café, banana, açúcar, cacau e borracha, que prejudicaram a vida de uma miríade de povos originários, africanos e populações desfavorecidas, e contemporaneamente, a vida de estudantes, educadores, políticos

progressistas e movimentos sociais, preocupados com a resistência do continente latino americano ao mecanismo predatório internacional.

Este mecanismo predatório fomentou as revoluções industriais europeias e a economia norte-americana, que passaram a impor multinacionais responsáveis por aglutinar majoritariamente para si a produção, distribuição e comercialização de insumos aos produtores locais em toda a América Latina. Configura-se um sistema arraigado na escravidão em épocas pretéritas, que ao longo do tempo se metamorfoseou em um regime de salários diminutos que matinha os trabalhadores em regime de subserviência precária, e desumanizada.

Quanto à disseminação e impacto da referida obra, cabe destacar que ela alcançou cifras notáveis de vendas e uma ampla circulação em diversos países da América Latina e além. Seus lançamentos, frequentemente acompanhados de discussões e debates, suscitaram um interesse considerável tanto na esfera acadêmica, quanto no público. Além disso, o livro tem sido utilizado como uma referência crucial em estudos socioeconômicos e políticos, influenciando análises e pesquisas sobre a história e as dinâmicas contemporâneas da região latino-americana. Sua presença nas bibliotecas, currículos educacionais e mesas de discussão tornou-se emblemática, consolidando seu status como uma obra seminal no cânone literário latino-americano. Desta forma, é muito comum abrirem cursos de inverno ou verão, workshops, mesas redondas, ciclos de palestras etc preocupados em analisar a obra.

Sem dúvida, a abordagem preliminar da magnitude de "As Veias Abertas da América Latina" já indica claramente sua relevância como uma ferramenta literária de destaque nos estudos relacionados à compreensão das repressões impostas ao povo latino-americano. Nesse contexto, cabe a este artigo desenvolver a aplicação dessa obra à nossa temática específica.

## *As veias da exploração*

A exploração internacional do continente latino-americano é inegável ao observarmos os diversos eventos que se alastram sobre esse território, seja pela esfera de influência das instituições que governam os países latino-americanos, seja pelo caráter opressivo imposto por essas mesmas instituições.

Opressão essa que nascera a partir da dependência que temos com os países de “primeiro mundo”, em uma conciliação que parece nos obrigar a alçar nossos movimentos sociais,

econômicos e políticos por meio de práticas que passam a existir, apenas se ancoradas nos decretos e disposições permisibilistas por nossos exploradores.

Em outras palavras, “nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos.” (GALEANO, 1971: 10).

Ao observarmos este fragmento e ampliarmos nossa perspectiva para incluir tendências exploratórias em diferentes fases de marcos importantes no território latino-americano, como a construção do canal do Panamá<sup>5</sup> evidenciamos uma tendência à decadência social mesmo diante de eventos significativos na história de nossa região. Por exemplo, a disputa entre Colômbia e Estados Unidos pela construção do canal resultou na expulsão de diversas famílias de seus locais de moradia e na intervenção de indústrias internacionais, que passaram a dominar o território da construção.

Esse episódio ilustra como mesmo em momentos de avanço ou progresso econômico, as comunidades locais frequentemente sofrem consequências adversas, como a perda de suas terras e meios de subsistência, contribuindo para uma deterioração da condição social na América Latina.

Os Estados Unidos, em sua dinâmica de supremacia global, influenciada tanto pela supervalorização de sua moeda quanto pelo mito consolidado do “*american dream*”<sup>6</sup>, que posiciona o território dos Estados Unidos como o principal centro de liberdade e oportunidade ao nível global, prejudicam o progresso latino-americano através dessa dinâmica. Conforme Galeano, o desenvolvimento dos EUA, é responsável pelo desenvolvimento da desigualdade latino americana, para o autor:

*O desenvolvimento desenvolve a desigualdade: em seu discurso na OEA em abril de 1969, Richard Nixon anunciou que ao fim do século XX a renda per capita nos Estados Unidos*

<sup>5</sup> A construção do Canal do Panamá enfrentou disputas territoriais, tensões trabalhistas, questões de saúde pública, disputas entre os EUA e a Colômbia e preocupações ambientais. O canal acabou sendo construído pelos Estados Unidos durante o final do século XIX e início do século XX. A construção começou sob a administração francesa liderada por Ferdinand de Lesseps em 1881, mas foi interrompida devido a desafios técnicos e financeiros. Os Estados Unidos assumiram o projeto em 1904 após ajudar o Panamá a conquistar sua independência da Colômbia e completaram a construção em 1914.

<sup>6</sup> O “*American Dream*”, ou “sonho americano”, é um conceito cultural que encarna a crença essencial de que nos Estados Unidos, independentemente da origem social ou econômica de um indivíduo, é possível alcançar sucesso, prosperidade e felicidade por meio do trabalho árduo e da determinação. Esse ideal tem sido um poderoso motor na construção da identidade nacional dos Estados Unidos e tem inspirado gerações de pessoas em todo o mundo. Como resultado, muitos estrangeiros buscam realizar esse sonho migrando para os EUA, na esperança de conquistar as oportunidades e o estilo de vida que o sonho americano promete.

*seria quinze vezes maior do que na América Latina. A força do conjunto do sistema imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas. Os países opressores se tornam cada vez mais ricos em termos absolutos, pelo dinamismo da disparidade crescente. O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar seus próprios mitos e acreditar neles, mas mitos não se comem, bem sabem os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico. A renda média de um cidadão norte-americano é sete vezes maior do que a de um latino-americano, e aumenta num ritmo dez vezes mais intenso. (GALEANO, 1971: 11)*

A constatação de Galeano, diga-se de passagem, desoladoramente fatídica serve como apoio para que consigamos reiterar como é nociva a aplicação da dinâmica imperialista em nosso território, e dessa forma, instaura-se por sobre o povo latino uma violência institucional aplicada pelo capitalismo de fora. Sobre essa violência, Galeano afirma:

*São secretas as matanças da miséria na América Latina. A cada ano, silenciosamente, sem estrépito algum, explodem três bombas de Hiroshima sobre esses povos que têm o costume de sofrer de boca calada. Essa violência sistemática, não aparente, mas real, vem aumentando: seus crimes não são notificados pelos diários populares, mas pelas estatísticas da FAO. (GALEANO, 1971: 13)*

Quando abordamos a dinâmica dos Estados Unidos neste contexto, é crucial reconhecer que, com o avanço da exploração na América Latina, embora os europeus, japoneses e soviéticos tenham desempenhado um papel significativo na exploração do território, foram os norte-americanos, especificamente os representantes dos Estados Unidos da América que melhor compreenderam as nuances e complexidades presentes em nosso continente. Isso lhes permitiu agir em benefício próprio, já possuindo todos os recursos necessários para perpetuar sua dominação sobre o povo latino-americano.

Desse modo, todas as alianças estabelecidas pelos Estados Unidos na região foram firmadas com as elites locais, não por uma convicção inabalável na premissa de que os Estados Unidos aspiram legitimamente à promoção da democracia e soberania na América Latina, mas sim como forma de assegurar um ambiente propício aos interesses econômicos e políticos dessas elites, as quais sustentavam seus empreendimentos com base no capitalismo norte-americano.

Tais empreendimentos, moldados pelo *modus operandi* do modelo estadunidense, encontravam sustentabilidade em nosso continente devido à sua consonância com a agenda de domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina. Nesse ínterim, é inegável que a

continuidade democrática em diversos países da região estava intrinsecamente ligada à garantia de que os "donos do poder" manteriam seu controle sobre nós (GALEANO, 1971: 255).

Exemplos notáveis deste controle incluem o apoio a regimes autoritários e ditatoriais na América Latina, questão que iremos tratar posteriormente, a tragédia é que esse apoio determinava um ciclo de instabilidade política e repressão social, garantindo assim, espaço para a troca da garantia de acesso a recursos estratégicos e mercados lucrativos.

No contexto dessa dominação, é crucial destacar o papel desempenhado pelas instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, nos esforços dos Estados Unidos para exercer controle sobre a América Latina.

Estas instituições, frequentemente alinhadas com interesses norte-americanos, impuseram políticas de ajuste estrutural que resultaram em medidas de austeridade, privatizações e desregulamentações, intensificando as desigualdades sociais e econômicas na região (BANDEIRA, 1973: 16). Se tomarmos o exemplo do Brasil, as vantagens territoriais do país são negativamente impactadas pelas disparidades e vulnerabilidades que possui em relação aos Estados Unidos, as quais estão diretamente ligadas à sua condição de pertencimento à América Latina. (BANDEIRA, 1973: 16).

Galeano, bem como historiadores responsáveis pelas narrativas da história da América Latina, destaca que a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial não deve ser entendida apenas como uma prestação de ajuda benevolente, como frequentemente é propagandeada.

Em vez disso, ele destaca que essas instituições desempenham papéis muito mais complexos, muitas vezes favorecendo os interesses das potências globais em detrimento dos países latino-americanos.

Para o autor, o FMI e o Banco Mundial são instrumentos de dominação econômica e financeira, promovendo políticas de ajuste estrutural que, na prática, resultam em maior dependência dos países latino-americanos em relação às potências hegemônicas e em aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas na região. Segundo Galeano:

*O fundo monetário internacional e o Banco Mundial nasceram juntos para negar aos países subdesenvolvidos o direito de proteger suas indústrias nacionais, e para neles esmorecer a ação do Estado. Serão atribuídas infalíveis propriedades curativas à iniciativa privada. No entanto, os Estados Unidos não abandonarão uma política econômica que continua sendo, na atualidade, rigorosamente protecionista. (GALEANO, 1971: 272)*

Nessa perspectiva de Galeano, a dependência dos países latino-americanos em relação a empréstimos e assistência financeira dessas instituições também serviu como um mecanismo de controle, forçando-os a seguir políticas alinhadas com os interesses dos Estados Unidos e das potências ocidentais, assim sendo, a América Latina, possui funcionalidade de uma absoluta expansão política e econômica dos Estados Unidos, através de vias diplomáticas, financeiras e culturais.

É importante ressaltar que os acordos diplomáticos entre os países latino-americanos e os Estados Unidos frequentemente promoviam desequilíbrios de poder e interesses assimétricos. Apesar de serem apresentados como esforços para restaurar a ordem democrática, promover a estabilidade regional e auxiliar a América Latina em suas diversas necessidades, esses acordos muitas vezes resultavam na manutenção do *status quo* favorável aos interesses norte-americanos.

A percepção da América Latina como necessitada de auxílio muitas vezes levava nossos países a aceitarem concessões em torno dos acordos firmados com potências estrangeiras. Como destaca Galeano:

*Empobrecidos, isolados, descapitalizados e com gravíssimos problemas de estrutura dentro de cada fronteira, os países latino-americanos abrandam progressivamente suas barreiras econômicas, financeiras e fiscais para que os monopólios, que ainda estrangulam cada país em separado, possam ampliar seus movimentos e consolidar uma nova divisão do trabalho, em escala regional, mediante a especialização de suas atividades por países e ramos, a fixação de dimensões ótimas para suas empresas filiais, a redução de custos, a eliminação dos competidores alheios à área e a estabilização dos mercados. (GALEANO, 1971: 240)*

Quanto ao viés militar, o respaldo e financiamento fornecidos pelos Estados Unidos aos golpes militares na América Latina foram instrumentalizados como uma estratégia proeminente visando a assegurar a perpetuação de regimes alinhados aos interesses americanos e a reprimir movimentos sociais e políticos considerados antagônicos aos objetivos dos EUA, percebidos como uma ameaça à sua soberania global. Isso ressalta a condição intrínseca da manutenção da democracia na América Latina, viável apenas na medida em que não representasse uma ameaça ao poder estadunidense, o que, invariavelmente, ocorre quando as classes populares começam a questionar o poder local, sobretudo quando este mantém conluíus com interesses estrangeiros. Nessa perspectiva, as formas democráticas podem ser toleradas desde que a participação das

classes populares nos processos democráticos, como manifestações e a formação de sindicatos, seja impedida. (CHOMSKY, 2003: 182).

Em caso contrário, a possível erosão da hegemonia estadunidense é temida. Entretanto, essa potencial perda de hegemonia, influenciada pelas classes populares, não resulta na retirada completa dos Estados Unidos da região, mas sim na adoção de outras formas de intervenção, marcadas por meios de controle que, frequentemente, contribuem para a instabilidade política e violações dos direitos humanos em diversos países da América Latina, deixando um legado de trauma e divisão.

Essas diversas formas de intervenção frequentemente exigem mudanças de estratégia por parte dos Estados Unidos, a fim de justificar sua presença contínua no território latino-americano. Por exemplo, quando a narrativa da ameaça comunista não é mais suficiente, os Estados Unidos recorrem à narrativa da necessidade de manutenção da democracia em um território fragilizado, onde seu papel seria o de auxiliar na estabilização. Quando até mesmo essa justificativa se mostra inadequada, recorrem à estratégia de criar um inimigo em comum para, a partir disso, justificar sua ocupação do território. Um exemplo emblemático dessa tática ocorreu no caso de Manuel Noriega<sup>7</sup>, no período pós-Guerra Fria, quando os Estados Unidos enfrentavam dificuldades para manter sua influência no Panamá, uma vez que as novas eleições não estavam favorecendo seus interesses.

Noriega, que inicialmente atuava como um intermediário entre os Estados Unidos e o Panamá, sendo visto como uma espécie de aliado ou até mesmo espião, passou a perceber que poderia estabelecer sua própria estrutura de poder no país, independente dos Estados Unidos. Diante dessa ameaça à hegemonia estadunidense, Noriega foi então acusado de ser um dos maiores traficantes da América Latina, o que proporcionou o pretexto necessário para sua prisão e remoção do poder, assegurando assim a continuidade da influência dos Estados Unidos na região. (CHOMSKY, 2003: 204)

Quanto ao contexto das vias comerciais e financeiras na América Latina, os tratados de exploração de recursos naturais e os empréstimos condicionados a políticas neoliberais se evidenciaram como mecanismos preponderantes de exercício da hegemonia econômica pelos

---

<sup>7</sup> Manuel Noriega foi um político e ex-militar panamenho, conhecido por suas conexões com o tráfico de drogas e suas relações controversas com os Estados Unidos. Em 1989, após uma série de tensões crescentes com os Estados Unidos, os EUA invadiram o Panamá em uma operação conhecida como "*Operação Just Cause*". Desta forma, Noriega foi capturado, julgado e condenado nos Estados Unidos por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Estados Unidos sobre a região. Estas práticas, recorrentemente, resultam na exploração predatória dos recursos naturais, na perpetuação do endividamento crônico dos países latino-americanos e na consolidação de uma dependência econômica em relação aos Estados Unidos e outras potências ocidentais.

No que concerne às políticas neoliberais, estas são identificadas como "mecanismos-chave", uma vez que "a projeção política dos Estados Unidos também visa a disseminação do neoliberalismo", contribuindo, assim, para a promoção e sustentação do desígnio de estabelecimento da hegemonia política estadunidense" (VANAİK, 2010: 12).

Por fim, a intervenção cultural dos Estados Unidos na América Latina também desempenhou um papel significativo na promoção de valores e padrões culturais americanos em detrimento das culturas locais. Isso muitas vezes se manifestava na disseminação da cultura pop americana através da mídia, entretenimento e educação, contribuindo para a homogeneização cultural e a erosão das identidades locais.

Nada disso que estamos falando reflete juízo de valor, visto que há aporte historiográfico com evidências documentais e declarações subsequentes de figuras proeminentes, como o então embaixador estadunidense Lincoln Gordon, que corroboram o envolvimento do governo norte-americano na articulação e apoio ao golpe. Tal intervenção foi motivada, em parte, pela percepção dos Estados Unidos de que o governo brasileiro, liderado por João Goulart, representava uma ameaça aos interesses estratégicos e econômicos dos EUA na região, devido às suas políticas nacionalistas e de esquerda. Segundo Galeano:

*Na ocasião do golpe de Estado contra Goulart, os Estados Unidos tinham no Brasil sua maior embaixada no mundo. Lincoln Gordon, o embaixador, treze anos depois reconheceu para um jornalista que, já tempos antes do golpe, seu governo vinha financiando as forças que se opunham às reformas: "Que diabos", disse Gordon, "isto era mais ou menos um hábito naquele período (...). A CIA estava acostumada a dispor de fundos políticos". Na mesma entrevista, Gordon explicou que, nos dias do golpe, o Pentágono enviou porta-aviões e quatro navios-tanques às costas brasileiras, "para o caso das forças anti-Goulart necessitar de ajuda". Esta ajuda, esclareceu, "não seria apenas moral. Nós daremos apoio logístico abastecimentos, munições e petróleo." (GALEANO, 1971: 253)*

Isto posto, Galeano nos oferece uma lente crítica para compreender de que modo a intervenção dos Estados Unidos na América Latina se manifestou de maneira contínua ao longo desse período, representando uma extensão das práticas de exploração e dominação que caracterizam a relação entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

## *As veias da atuação estadunidense na ditadura empresarial militar brasileira (1964-1985)*

Partindo das informações supracitadas neste artigo, notamos que o envolvimento de empresas e grandes corporações, sobretudo estrangeiras, em práticas violadoras dos direitos humanos, como nas guerras e nos movimentos de repressão mundo afora, não constitui um fenômeno contemporâneo inédito. Diversos exemplos históricos evidenciam como essas organizações, guiadas por uma racionalidade presumidamente instrumental, se envolvem em condutas questionáveis, como no apoio às ditaduras militares, em prol da intervenção na “manutenção da democracia” na América Latina.

As organizações envolvidas nessas práticas eram, predominantemente, organizações estadunidenses, as quais passaram a exercer uma presença significativa no território brasileiro, fazendo com que o nacionalismo do Brasil estivesse ligado àquilo que era de fora. Segundo Galeano, “a ditadura acenava para os capitalistas estrangeiros oferecendo o país como proxenetas que ofereciam uma mulher”, e destaca seus atributos: “o tratamento dado aos estrangeiros no Brasil é um dos mais liberais do mundo... não há restrição à nacionalidade dos acionistas.” (GALEANO, 1971: 206)

Por meio do liberalismo econômico, o Brasil viu sua participação nos empreendimentos empresariais dentro do país diminuir significativamente, como evidenciado pelo fato de que “entre os conglomerados com um capital superior a quatro bilhões de cruzeiros, mais da metade eram estrangeiros, principalmente norte-americanos; acima de dez bilhões de cruzeiros, doze grupos estrangeiros se destacam, enquanto apenas cinco eram de origem nacional” (GALEANO, 1971: 206).

Galeano (1971) ainda nos aponta que:

*Dos 24 grupos nacionais com mais de quatro bilhões de capital, apenas nove não estavam ligados, por ações, a capitais dos Estados Unidos ou da Europa, e ainda assim em dois deles apareciam entre cruzamentos com diretorias estrangeiras. A pesquisa detectou dez grupos econômicos que exerciam um virtual monopólio em suas respectivas especialidades. Destes dez, oito eram filiais de grandes corporações norte-americanas. (Galeano, 1971: 206)*

A partir do trecho acima, é perceptível que a penetração do capital estrangeiro, notadamente estadunidense, teve um impacto significativo na estrutura econômica brasileira o que, além de refletir uma ausência de protagonismo das empresas nacionais, corrobora a forte dependência em relação aos interesses e direcionamentos das grandes corporações internacionais.

A predominância de conglomerados estrangeiros na economia brasileira à época, sugere uma dinâmica de influência externa que atuava nas políticas governamentais e nos rumos do desenvolvimento nacional. Para termos noção da dependência que o Brasil tinha sobre as organizações estrangeiras, podemos recorrer aos dados apresentados por Galeano:

*Entre 1964 e meados de 1968, quinze fábricas de automotores ou de peças para veículos foram deglutidas pela Ford, Chrysler, Willys, Simca, Volkswagen e Alfa Romeo; no setor elétrico e eletrônico, três importantes empresas brasileiras foram parar em mãos japonesas; Wyeth, Bristol, Mead Johnson e Lever devoraram uns quantos laboratórios, e a produção nacional de medicamentos se reduziu à quinta parte do mercado; a Anaconda se lançou sobre os metais não ferrosos, e a Union Carbide sobre os plásticos, os produtos químicos e a petroquímica; a American Can e a American Machine and Foundry e outras colegas se apossaram de seis empresas nacionais de mecânica e metalurgia; a Companhia de Mineração Geral, uma das maiores fábricas metalúrgicas do Brasil, foi comprada a preço vil por um consórcio do qual participam a Bethlehem Steel, o Chase Manhattan Bank e a Standard Oil. (GALEANO, 1971: 206)*

Considerando ainda a política de abertura que o Brasil concedia ao empresariado estrangeiro, é pertinente fazer uma comparação com a situação na Argentina, conforme apontado por Galeano. Segundo o autor:

*A Argentina disputa com o Brasil o papel de praça predileta dos investimentos imperialistas, e seu governo militar não ficava atrás na exaltação das vantagens, nesse mesmo período: no discurso em que definiu a política econômica argentina, em 1967, o general Juan Carlos Onganía reafirmava que as galinhas concedem às raposas igualdade de oportunidades: “Os investimentos estrangeiros na Argentina são considerados em pé de igualdade com os investimentos de origem interna, de acordo com a política tradicional de nosso país, que nunca discrimina o capital estrangeiro”. A Argentina também não impõe limitações à entrada do capital forâneo, nem à sua gravitação na economia nacional, nem à saída dos lucros e nem à repatriação do capital; os pagamentos das patentes, regalias e assistência técnica são feitos livremente. O governo isenta de impostos as empresas e lhes fixa taxas especiais de câmbio, além de muitos outros estímulos e franquias. (GALEANO, 1971: 206)*

De certa maneira, cabe a nós analisar que o dismantelamento da estrutura latino-americana, decorrente da entrada de organizações estrangeiras, não ocorria de forma espontânea, mas sim por meio de um aparato preocupado em estabelecer uma espécie de

domínio em seu quintal, e isso, que fique claro, veio antes mesmo do golpe de 1964. Segundo Lemos (2014):

*Já em fins da década de 1940, assistiu-se à inserção da economia brasileira no novo modo de acumulação do capitalismo mundial. Capitaneada pela indústria de bens de consumo duráveis dos EUA, operou-se importante transformação na divisão internacional do trabalho. Em busca da potencialização de lucros, grandes corporações oligopolistas deslocaram unidades produtivas para países semi-industrializados, como o Brasil, ou investiram neles em associação com capitais locais, importando de si mesmos tecnologia e sistemas de produção, ainda que nem sempre os mais avançados. Decorreram daí transformações econômicas com forte impacto na estrutura social e no sistema político brasileiros. (LEMOS, 2014: 18)*

As motivações que levaram o empresariado, principalmente o estadunidense, a apoiar o golpe são multifacetadas. Em parte, muitos empresários percebiam na adoção do regime militar uma garantia de estabilidade política e econômica, o que criaria um ambiente favorável aos negócios e aos investimentos estrangeiros na América Latina, como sugerido por Lemos (2014), permitindo assim a maximização de seus lucros.

Ao considerarmos tanto as reflexões de Galeano em sua obra sobre a exploração da América Latina quanto a historiografia preocupada em esclarecer as origens do golpe de 1964 no Brasil, podemos compreender que o aparato montado para facilitar a deposição de João Goulart e promover um Estado militarizado no Brasil foram resultados de questões estruturais, e não meramente conjunturais (CAMPOS et al., 2020: 319).

Analisar a obra de Galeano à luz das reflexões sobre a participação empresarial estrangeira no golpe de 1964 nos leva a compreender que a origem dessa participação remonta a explorações que foram pavimentando um caminho longo, iniciado muito antes da década de 1960. Pelo contrário, essas relações só ganham contornos contemporâneos com o golpe de 1964, ainda que baseadas no mesmo *modus operandi* utilizado para a dominação da América Latina como um todo.

Neste ponto, é possível compreender ainda que o maior apoio aos golpes no território latino-americano teve a presença não-exclusiva de agentes militares. “Houve participação de diversos segmentos sociais na derrubada de governos e nos próprios regimes inaugurados por esses golpes, sobretudo de empresários.” (CAMPOS, 2019: 337)

Nesse contexto, à luz da trajetória da dinâmica empresarial brasileira, impregnada pelo paradigma estadunidense, os magnatas do Brasil passaram a apoiar os golpes de Estado na

América Latina, e em seu país. Para desvendarmos a hegemonia dos Estados Unidos na esfera política e econômica da região latino-americana, é imperativo voltarmos para os dados que destacam o papel central desempenhado pelos EUA na formulação de decisões políticas nesse território.

Como observa Spohr (2012), o intercâmbio estabelecido entre empresários brasileiros e os Estados Unidos desempenhou um papel crucial nas intrincadas manobras que culminaram no golpe de 1964. Segundo Spohr (2012):

*O intercâmbio desenvolvido entre o empresariado do hemisfério permitiu a ampliação da atuação política destes empresários em seus respectivos países. A viagem de um grupo de empresários latino-americanos aos Estados Unidos no ano de 1963 possibilitou o encontro entre homens de negócios de importantes países do hemisfério e entre estes e os mais altos escalões da política norte-americana. O grupo, composto por 67 empresários dos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, El Salvador, Uruguai e Venezuela, reunia representantes das principais corporações latino-americanas. (SPOHR, 2012: 47-48)*

É pertinente destacar também que, naquela conjuntura, emergia uma consciência de classe empresarial, influenciada, em grande medida, pelo modelo de consciência da classe empresarial estadunidense, que concebia um projeto político de dominação fundamentado em narrativas similares; neste caso, a luta contra a ameaça comunista e a defesa da democracia. Para corroborar esta dissertativa, podemos recorrer novamente ao que Spohr (2012) aponta:

*A construção desta consciência de classe empresarial e o consequente desenvolvimento de um projeto político pautado no anticomunismo e na defesa da democracia liberal modelada pela política norte-americana são os elementos de fundo para a compreensão do tema. Através do exemplo trazido pela visita aos Estados Unidos podemos começar a entender como se compôs esta rede de relações político-empresarial internacional, pontuando suas posições políticas e econômicas. (SPOHR, 2012: 48)*

A construção dessa consciência de classe empresarial, aliada ao desenvolvimento de um projeto político fundamentado no anticomunismo e na defesa da democracia liberal, reflete um fenômeno significativo na história das relações políticas e econômicas do hemisfério ocidental.

A influência exercida pelos Estados Unidos sobre essa articulação empresarial não apenas fortaleceu os laços comerciais entre os países envolvidos, mas também moldou as perspectivas ideológicas e os interesses estratégicos desses empresários, que buscavam solidificar um modelo norte-americano de fortalecimento de suas negociações, em detrimento do que o Estado tinha como regra. (FREITAS; PINHO, 2020: 94)

Destarte, o anticomunismo, enquanto elemento unificador desse grupo, serviu não apenas como uma resposta ideológica à ameaça percebida do que acreditavam ser um comunismo, mas também como um meio de legitimar suas próprias posições de poder e influência. Ao se alinhar com a narrativa anticomunista promovida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, esses empresários buscaram consolidar sua própria hegemonia dentro de seus respectivos países e regiões.

Além disso, a defesa da democracia liberal como modelo político ideal, especialmente aquele alinhado aos princípios norte-americanos, proporcionou uma base ideológica sólida para a expansão dos interesses comerciais desses empresários. Ao promover a democracia liberal como um sistema compatível com o livre mercado e o desenvolvimento econômico, eles não apenas justificavam suas atividades empresariais, mas também buscavam influenciar as políticas governamentais em seus países de origem.

A visita aos Estados Unidos realizada pelo grupo empresarial, conforme evidenciado por Spohr (2012), representa um marco simbólico nesse processo de formação de uma rede de relações político-empresariais internacionais voltadas para a articulação de um aparato golpista.

É inegável que a partir dessas interações, consolidaram-se alianças estratégicas que transcendem as fronteiras nacionais e contribuíram para a constituição de uma classe empresarial transnacional. Essa classe empresarial, alinhada à ruptura democrática na América Latina, visava prioritariamente à maximização dos lucros e à manutenção da influência dos Estados Unidos sobre o território e a economia latino-americana.

Para a consolidação da influência estadunidense no Brasil durante o golpe de 1964, foi explorado em favor dos Estados Unidos o fato de possuírem a maior embaixada do mundo em território latino-americano, localizada no Brasil. Sobre esse aspecto, Galeano observa:

*Na ocasião do golpe de Estado contra Goulart, os Estados Unidos tinham no Brasil sua maior embaixada no mundo. Lincoln Gordon, o embaixador, treze anos depois reconheceu para um jornalista que, já tempos antes do golpe, seu governo vinha financiando as forças que se opunham às reformas: “Que diabo”, disse Gordon, “isto era mais ou menos um hábito naquele período (...). A CIA estava acostumada a dispor de fundos políticos”. Na mesma entrevista, Gordon explicou que, nos dias do golpe, o Pentágono enviou um porta-aviões e quatro navios-tanques às costas brasileiras, “para o caso das forças anti-Goulart necessitarem de ajuda”. Esta ajuda, esclareceu, “não seria apenas moral. Nós daríamos apoio logístico, abastecimentos, munições e petróleo”. (GALEANO, 1971: 253)*

Por meio dessa citação de Galeano (1971), é possível ilustrar o comprometimento dos Estados Unidos em assegurar o sucesso do golpe e a instauração de um regime alinhado aos seus interesses no Brasil.

Em uma perspectiva comum, tanto entre a opinião pública quanto entre alguns analistas históricos que abordam o golpe de 1964 sob uma ótica predominantemente interna, enfatizando a participação de civis e militares, a análise desses eventos, já sedimentados na historiografia, pode parecer limitada à intervenção governamental em um contexto regional latino-americano. No entanto, nossa argumentação aqui repousa justamente na amplitude do envolvimento do governo dos Estados Unidos na urdidura do golpe.

Nesse sentido, pode-se adotar uma linha de argumentação acessível, que, embora requeira algum conhecimento das relações internacionais, revela-se compreensível: a base do poder estadunidense está em seu capital, impulsionado por uma tradição de democracia liberal. Essa influência está intimamente ligada às atividades empresariais, que são uma prioridade governamental.

Essa correlação implica que o governo dos Estados Unidos está fortemente alinhado aos interesses do empresariado, cujas contribuições econômicas são essenciais para a sustentação do Estado. Essa interdependência é fruto de um longo período de interação, no qual foi estabelecida uma base de cooperação entre civis, neste caso, o empresariado, e militares (SPOHR, 2011: 54).

Portanto, o epicentro das negociações externas dos Estados Unidos está, em grande medida, no mundo empresarial. Assim, o apoio a regimes antidemocráticos, como no caso do golpe de 1964, encontra no empresariado norte-americano o principal catalisador. Em última análise, é evidente que o golpe de 1964, embora respaldado e orquestrado pelo governo dos Estados Unidos (não exclusivamente, mas predominantemente), foi profundamente influenciado pela esfera empresarial.

Galeano (1971) oferece uma perspectiva instigante sobre o papel do empresariado estadunidense, retratando-o como uma espécie de "mestre" na arte de promover golpes na América Latina. Sua análise se fundamenta, sobretudo, na exploração dos ganhos obtidos pelos Estados Unidos em meio a períodos ditatoriais em nosso continente. Para embasar seu argumento, Galeano recorre ao exemplo da ditadura na Argentina, a qual se revelou lucrativa tanto para o governo quanto para o empresariado norte-americano. Conforme salienta o autor:

*Ao cumprir seu primeiro ano de vida, a ditadura argentina do general Videla tinha recebido 500 milhões de dólares de bancos privados norte-americanos e 415 milhões de duas instituições (Banco Mundial e BID), nas quais os Estados Unidos têm influência decisiva. Os direitos especiais de giro da Argentina no Fundo Monetário Internacional, que era de 64 milhões de dólares em 1975, tinham subido para 700 milhões um par de anos depois. Parece saudável a preocupação do presidente Carter com a carnificina que tem vitimado alguns países latino-americanos, mas os atuais ditadores não são autodidatas, eles aprenderam as técnicas da repressão e a arte de governar nos cursos do Pentágono nos Estados Unidos e na zona do Canal de Panamá. (GALEANO, 1971: 253-254)*

Tanto a ditadura argentina quanto a brasileira compartilham de uma característica comum: uma relação estreita e muitas vezes submissa aos interesses dos Estados Unidos. Essa condição não é peculiar apenas a esses países, mas sim uma tendência que permeia todo o continente latino-americano. Nesse contexto, torna-se evidente que as adversidades enfrentadas antes e durante o golpe de 1964 são em grande parte resultado da intervenção estrangeira em nossa região.

Conforme apontado por Galeano e corroborado por pesquisas historiográficas mais recentes sobre o tema, a participação dos Estados Unidos, especialmente de seu empresariado, no golpe de 1964 foi substancial.

Um dos autores que seguiram a linha de denúncia historiográfica da participação dos EUA no golpe foi Edmar Morel (1965) que em sua obra denominada “O golpe começou em Washington”, defende que essa participação não apenas foi incentivada pelo empresariado e governo estadunidense, como também começou nos EUA. (MOREL, 1965). O que foi confirmado posteriormente com os achados de rascunhos que culminaram na “operação Brother Sam”.

O plano delineado pelos Estados Unidos de utilizar a América Latina como um reservatório de recursos para sustentar sua dinâmica capitalista, fundamentada em um modelo liberal, revelou-se eficaz. Essa realidade alimenta um campo de estudos em constante expansão, que busca aprofundar nossa compreensão sobre o envolvimento dos Estados Unidos em períodos de autoritarismo no Brasil.

Para que não reste dúvidas acerca de como o golpe de 1964 beneficiou o empresariado estadunidense, podemos mais uma vez recorrer a Galeano (1971), que, ao descrever os primeiros anos pós-golpe no Brasil, destaca a situação altamente vantajosa na qual as empresas estrangeiras estavam se estabelecendo no país. Conforme o autor:

*Em setembro de 1969, Henry Ford anunciou, no Rio de Janeiro, que desejava integrar-se ao processo econômico do Brasil, “porque a situação está muito boa. Nossa participação inicial consistiu na compra da Willys Overland do Brasil”, segundo declarou em conferência de imprensa, e assegurou que exportará veículos brasileiros para vários países da América Latina. A Caterpillar, “uma firma que sempre tratou o mundo como um só mercado”, conforme o Business International, não demorou a aproveitar as reduções de tarifas tão logo foram negociadas, e em 1965 já fornecia niveladoras e peças de reposição para tratores, de sua fábrica em São Paulo, para vários países da América do Sul. Com a mesma celeridade, a Union Carbide, de sua fábrica mexicana, exportava produtos eletrotécnicos para vários países latino-americanos, fazendo uso das isenções de direitos alfandegários, impostos e depósitos prévios para intercâmbios na área da ALALC. (GALEANO, 1971: 240)*

A constatação apresentada por Galeano delineia inequivocamente que o empresariado desfrutou de uma ampla margem de lucratividade durante a ditadura empresarial militar no Brasil.

Tal constatação pode ser corroborada por Dreifuss (1981), uma vez que o autor chama atenção para o fato de que “a maioria esmagadora dos civis que estavam no golpe era formada pelo empresariado” (DREIFUSS, 1981: 417) e estes receberam margens de lucro consideráveis após o golpe.

Essa lucratividade foi decorrente da eficiência na coordenação das operações em escala mundial, completamente à margem do “livre jogo das forças do mercado”. O que não resultou, evidentemente, em preços mais baixos para os consumidores nacionais, mas sim em lucros maiores para os acionistas estrangeiros. (GALEANO, 1971: 229)

## Considerações Finais

Ao percorrer a vasta trajetória da América Latina desde os seus primórdios até os dias atuais, emerge uma narrativa amplamente difundida no senso comum que a vincula de maneira estigmatizada à corrupção, atribuindo tal condição a políticas supostamente fadadas ao fracasso. Esta concepção, alimentada contemporaneamente pela aparente proximidade dos países latino-americanos com atividades ilícitas, tais como o tráfico de drogas, o domínio de facções criminosas e a manipulação de processos eleitorais, ganha contornos delineados após o declínio da justificativa da “ameaça comunista”.

Entretanto, o “fracasso” latente na história da América Latina tem raízes que se estendem muito além dos vieses políticos que gradualmente se enraizaram ao longo dos séculos. Como meticulosamente abordado em “As Veias Abertas da América Latina”, tal fracasso encontra-se

profundamente enraizado na estrutura de dominação exploratória imposta pelo imperialismo ao longo dos séculos. Este contexto culmina na perpetuação dos desencontros entre a sociedade e o Estado, erguendo-se como um desafio constante (IANNI, 1987: 5).

Frente a este cenário complexo e desafiador, emergem propostas de políticas de "resgate" para a região, catalisadas pela adaptação de estratégias provenientes dos Estados Unidos e subsequentemente aplicadas na América Latina. Este movimento é acompanhado por um expressivo aumento da participação empresarial, delineando-se com o propósito de impulsionar avanços rumo ao desenvolvimento econômico regional.

No contexto específico do Brasil, notadamente durante o período da ditadura empresarial militar (1964-1985), o país se revelou um solo fértil para o investimento estrangeiro, com seu vasto mercado potencial, riquezas naturais abundantes e a importância estratégica de seu território, todas características que fomentaram o florescimento de empresas norte-americanas e serviram aos interesses do empresariado dos EUA. (GALEANO, 1971: 243).

Conforme proposto por Galeano (1971), o Brasil emergiu como um ponto focal crucial tanto para movimentos de libertação quanto de submissão na América Latina, uma transformação que, anteriormente caracterizada pela exploração governamental dos Estados Unidos, tornou-se extremamente propícia para os interesses empresariais. O papel preponderante desempenhado pela intervenção empresarial no golpe de 1964, culminando na deposição de João Goulart, foi de suma relevância. Tal intervenção visava conter o ímpeto por reformas, como a agrária, alinhadas aos interesses do empresariado, com a participação central do empresariado estadunidense na concepção e financiamento do golpe. A Aliança para o Progresso, lançada em 1961, exemplifica o envolvimento dos EUA, buscando estimular investimentos privados norte-americanos na América Latina.

O aparato golpista, frequentemente retratado como composto exclusivamente por agentes militares, na realidade, contou com uma substancial estrutura financeira proporcionada pelo setor empresarial, um fato perceptível tanto na evolução da historiografia quanto na obra de Galeano, ao oferecer indícios sobre a dinâmica da dominação do setor empresarial estrangeiro sobre o Brasil.

Embora o apoio civil seja inegável, a implementação efetiva de um plano de tal magnitude requer recursos financeiros substanciais, destacando-se a ligação predominante ao setor

empresarial nos estudos sobre a origem do golpe, responsabilizando-o como protagonista no processo.

É admirável como a obra de Eduardo Galeano, "As Veias Abertas da América Latina", transcende os limites acadêmicos, iluminando não apenas os leitores especializados, mas também aqueles que buscam compreender a complexa realidade latino-americana. Mesmo após décadas desde sua publicação, o livro permanece como uma fonte essencial para desvendar as intrincadas relações de poder, exploração e interesses na região. A abordagem literária, embora acessível, revela uma profundidade de análise que lança luz sobre as diversas formas de exploração e dominação enfrentadas pelos países latino-americanos.

A relevância dessa perspectiva vai além do âmbito acadêmico, alcançando um público mais amplo e diversificado. Ao unir a narrativa literária com a pesquisa histórica, Galeano permite que até mesmo aqueles que não estão familiarizados com os rigores acadêmicos possam compreender a história da América Latina. Acreditamos, portanto, que sua obra serve como uma ponte entre o conhecimento especializado e o interesse público, contribuindo para uma compreensão mais ampla e informada dos eventos históricos e das estruturas de poder na região.

Ao utilizar a obra de Galeano como base para nossa análise da atuação do empresariado na ditadura empresarial militar brasileira, não buscamos desmerecer fontes acadêmicas tradicionais. Pelo contrário, reconhecemos a importância de integrar diferentes perspectivas e fontes de informação para enriquecer nossa compreensão do tema.

Nosso objetivo neste artigo foi destacar a relevância de obras não acadêmicas, como a de Galeano, que oferecem uma visão crítica e comprometida com a denúncia das injustiças e desigualdades em nossa sociedade. Essa abordagem complementar entre a historiografia tradicional e a literatura expositiva permite uma análise mais abrangente e contextualizada dos eventos históricos, valorizando a diversidade de vozes e experiências que moldaram nossa história latino-americana, e que corre em nossas veias abertas.

---

## Fontes

GALEANO, Eduardo (1980). *As veias abertas da América Latina*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

## Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (1973). *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BLACK, Jan Knippers (1977). *United States penetration of Brazil*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- CAMPOS, P.H.P; BRANDÃO, R.V.; LEMOS, R. (2020). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência.
- CHOMSKY, Noam (1985). *A Era Pós Guerra Fria*. Contendo a Democracia. Rio de Janeiro: Record.
- DECKER, Flávio (1985). *Radiografia do terrorismo no Brasil: 1966/80*. São Paulo: Cone.
- DE OLIVEIRA, Alexandre Queiroz (2013). *Quando se rompe o silêncio: o livro As Veias Abertas da América Latina e sua trajetória no Brasil*. *Temporalidades*, v. 5, n. 1, p. 6-28.
- DREIFUSS, René Armand (1981). *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULLES, John W. F (1970). *Unrest in Brazil. Political-military crises 1955-1964*. Austin: University of Texas Press.
- FONTES, Virgínia (2019). *O capital, frações, tensões e composições*. In CAMPOS, Pedro e BRANDÃO, Rafael (orgs). *Dimensões do empresariado brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência.
- FREITAS, Sara; PINHO, Carlos Eduardo Santos (2020). *Empresariado e poder político no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. (No title)
- GALEANO, Eduardo (1971). *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GONÇALVES, Martina Spohr (2016). *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2.
- IANNI, Octavio et al (1987). *La democratización en América Latina*. *Análisis Político*, n. 1, p. 58-74.
- LEMOS, Renato (2012). *A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica*. Carta enviada ao Jornal O Globo em resposta.
- LEMOS, Renato (2014). *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. *Marx e Marxismo-Revista do NIEP-Marx*, v. 2, n. 2, p. 111-138.
- MATTOS, Marcelo Badaró (2008). *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo.
- MATTOS, Marcelo Badaró; VEGA, Rubén (2014). *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência.
- MELO, Demian (2006). *A miséria da historiografia*. Outubro, São Paulo.
- MELO, Demian Bezerra de (2014). *A miséria da historiografia – uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência.
- MOREL, Edmar (2014). *O golpe começou em Washington*. Paco Editorial.
- RAMOS, Plínio de Abreu (2010). *Acordo do Trigo*. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC.
- SILVA, Vicente Gil da (2020). *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- SPOHR, Martina (2011). *A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964*. Revista Militares e Política, n. 9, p. 52-63.
- SPOHR, Martina (2012). *O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964*. Confluenze. Rivista Di Studi Iberoamericani, v. 4, n. 2, p. 45-62.
- VANAİK, A (2010). *Casus belli: cómo los Estados Unidos venden la guerra*. Amsterdam, North Holland: Transnational Institute.